



AESP|CE
ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA
PÚBLICA DO CEARÁ



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Segurança Pública
e Defesa Social

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ (PEFOCE)**

**CONCURSO PÚBLICO para os cargos de
PERITO CRIMINAL DE 1ª CLASSE /
AUXILIAR DE PERÍCIA DE 1ª CLASSE**

**PROVA OBJETIVA DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
1ª AVALIAÇÃO GERAL**



**TRANSCREVA EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS A FRASE
DE RALPH WALDO EMERSON PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

**"Os homens alcançam sucesso quando eles percebem que seus fracassos
são uma preparação para suas vitórias."**

**PROVA
1**

ATENÇÃO

- DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas e 30 minutos.
- ESTE CADERNO CONTÉM 100 (CEM) ITENS.
- VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.
- RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- A prova objetiva será constituída de itens para julgamento, agrupados por comandos que deverão ser respeitados. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere o item. Haverá, no cartão de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código C, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO e o campo designado com o código E, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.
- O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do Cartão de Respostas e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do Cartão de Respostas, por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 15 (quinze) minutos para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!
www.funcab.org

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, no cartão de respostas, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use o **cartão de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

No que se refere à SOCIEDADE ÉTICA E CIDADANIA, julgue os itens a seguir.

- 1 A ética, assim como a história e a estética, é conceituada como ciência enunciativa, voltada à criação de valores que não guardam correlação direta com a conduta humana.
- 2 Embora universal, a ética não está dissociada das ideias de tempo e fato social. Por este motivo, a construção das virtudes éticas funda-se na ideia de que os fins justificam os meios.
- 3 A existência do denominado “sujeito ético” pressupõe que o mesmo tenha consciência de si e dos demais, agindo por si, livremente.
- 4 Cidadania é o atributo concedido pelo Estado, desde que o sujeito apresente comportamento adequado na vida social, a fim de que este possa gozar das liberdades individuais.
- 5 Ainda que inexista lei específica sobre determinados aspectos protetivos, o agente público deve agir de modo que propicie o resguardo dos vulneráveis, como na hipótese da homofobia.
- 6 Excetuada hipótese em que haja prévio consentimento de seu superior, em nenhuma outra situação o agente público da segurança poderá delegar suas atribuições privativas.
- 7 A orientação ética é uma das consequências previstas para ato infracional ao Código de Ética dos Agentes de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará.
- 8 A Comissão de Ética da Segurança Pública, com mandato vitalício, será composta por servidores possuidores de conduta ilibada, sendo um representante da SSPDS e um de cada organização vinculada.
- 9 É proibido ao agente público, pertencente ao quadro dos agentes de segurança pública do Estado do Ceará, perceber salário ou qualquer outra remuneração de fonte privada.

- 10 Impessoalidade, advertência, eficiência, altruísmo e orientação ética são princípios que, de acordo com o Código de Ética dos Agentes de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, devem ser observados.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos FUNDAMENTOS DE DIREITOS HUMANOS.

- 11 Entre as características dos Direitos Humanos destacam-se as seguintes: historicidade, relatividade, essencialidade, renunciabilidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e efetividade.
- 12 A constituição Federal de 1988, chamada Constituição Cidadã, consagra, expressamente, como direito fundamental, que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- 13 Os direitos humanos incorporados e positivados pela Constituição Federal de 1988 são considerados direitos fundamentais.
- 14 A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 impõe expressamente a relatividade dos direitos humanos, que podem ou não ser observados por cada país, além do que estabelece uma divisão histórica entre os direitos civis, políticos, econômicos e culturais.
- 15 Segundo o Estatuto de Roma, o Tribunal Penal Internacional possui competência para julgar quaisquer crimes cometidos em âmbito internacional.
- 16 Os direitos fundamentais de segunda dimensão são direitos civis e políticos relacionados ao valor liberdade e impõem ao Estado o dever de abstenção.
- 17 A prática da medicina legal não se trata apenas do exercício de regras e procedimentos técnicos, devendo ser entendida também como um instrumento importante em favor dos direitos humanos e fundamentais. Nesse sentido, a atividade pericial não é irrestrita, devendo observar e garantir, sempre que possível, os direitos fundamentais do periciando.

- 18** O Direito Internacional Humanitário pode ser entendido como um conjunto de normas e princípios que objetivam assegurar direitos mínimos aos envolvidos em conflitos armados.
- 19** A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana.
- 20** Os crimes de competência do Tribunal Penal Internacional prescrevem no prazo de 20 anos.

Com relação ao SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL, julgue os itens subsequentes.

- 21** A preservação da segurança pública é uma atividade exclusiva de órgãos estatais, como as polícias, entretanto, essa atividade, de forma excepcional, poderá ser delegada a empresas particulares, como aquelas que realizam a segurança empresarial.
- 22** Os embriões das polícias judiciária e ostensiva no Brasil surgem no século XIX, após a instalação da família real portuguesa no Brasil, com as criações da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, e da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia.
- 23** O artigo 144 da Constituição Federal em vigor cuida das polícias federal, ferroviária federal, rodoviária federal, civis e militares. Cada qual tem suas atribuições instituídas por este dispositivo. Todavia, as guardas municipais, por não exercerem atribuições atinentes à segurança pública, são alijadas deste artigo.
- 24** Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, isolada ou concorrentemente com as atribuições da Polícia Federal e, apenas excepcionalmente, a apuração de crimes militares.
- 25** A Força Nacional de Segurança Pública, cujas atividades são coordenadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, é composta exclusivamente por militares das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e tem por atribuição o auxílio ao Poder Executivo em casos de intervenção federal em Estados-membros.

26 As diretrizes gerais da segurança pública no Estado do Ceará são estabelecidas pelo artigo 178 da Constituição do Estado, em que, normativamente, encontram-se a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, órgãos que são, constitucionalmente, obrigados a velar pela paz social.

27 A Perícia Forense do Estado do Ceará é órgão desvinculado da Polícia Civil cearense, englobando os antigos Instituto de Identificação, Instituto de Criminalística e Instituto de Medicina Legal, sendo ainda incorporado à sua estrutura o novo Laboratório de Perícia Forense.

28 O modelo de polícia única, inovação brasileira e que será implantado no país após aprovação de Emenda Constitucional, permite, através da concentração das atividades de polícia ostensiva e judiciária em um único órgão, maior controle sobre a legalidade dos atos policiais.

29 A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará coordena as atividades das polícias Civil e Militar estaduais, bem como do Corpo de Bombeiros estadual. Cada um desses órgãos é dotado de corregedoria própria, ocorrendo a chamada descentralização, ou seja, aboliu-se a ideia de uma corregedoria unificada para garantir melhor eficiência ao sistema.

30 O Ministério da Justiça, órgão vinculado ao Poder Executivo da União, exerce, entre outras, as atividades de planejamento, coordenação e administração da política penitenciária nacional, bem como trabalhos de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro e cooperação jurídica internacional.

Acerca da CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA, julgue os itens a seguir.

31 A Criminologia é uma ciência empírica e interdisciplinar, pois se baseia na experiência da observação, nos fatos e na prática, mais que em elucubrações, opiniões e argumentos, além de formar-se pelo diálogo de uma série de ciências, sem, contudo, perder sua autonomia.

32 Prevalece, no ordenamento jurídico brasileiro, a Teoria Bipartite do Crime quanto ao critério analítico, a qual considera o crime como o fato típico e ilícito.

33 O ato infracional, como conduta ilícita praticada por ser humano em fase de desenvolvimento, não é objeto de estudo da Criminologia, pois, neste caso, há a inimputabilidade do agente.

- 34** A Criminologia tem como finalidades determinar a etiologia do crime, analisar a personalidade e conduta do criminoso para que se possa puni-lo de “forma justa”, saber quais as causas determinantes do fenômeno criminógeno, auxiliar na prevenção da criminalidade e permitir a reinserção do delinquente à sua comunidade de origem.
- 35** Pode-se afirmar que a Vitimologia avalia o grau de relação da vítima com o crime e o criminoso, embora não considere a influência do comportamento inconsciente do sujeito passivo para o cometimento delitivo.
- 36** A explicação científica do fenômeno criminal, a prevenção do delito, evitando a estigmatização pela aplicação da pena ao infrator, ao mesmo tempo com maior certeza e rapidez na aplicação necessária desta pena, e a intervenção no homem delinquente são conhecidas pelo Triplo Alcance da Criminologia.
- 37** Pela Teoria da Co-Culpabilidade, os crimes acontecem na sociedade e surgem da sociedade, especialmente tendo em vista que não há sociedade desprovida de crimes nem criminosos, reconhecendo o crime como um problema social, retroalimentado pelos sistemas penal e penitenciário.
- 38** Para a Escola Clássica, influenciada pelo pensamento Iluminista, o crime era cometido, pelo livre arbítrio do homem, pois partia do princípio de que todos os homens são iguais e livres para responder por seus atos, tendo Cesare Lombroso como seu representante mais famoso.
- 39** De acordo com a Escola Positiva, o delito, além de estar previsto na lei, é visto como fato natural que decorre de fatores sociais, físicos ou biológicos.
- 40** O desequilíbrio hormonal, como as disfunções de glândulas e hormônios, além das psicoses puerperais são consideradas possíveis causas endógenas da criminalidade.

No que se refere ao ISOLAMENTO, PRESERVAÇÃO E LEVANTAMENTO DE DADOS EM LOCAL DE CRIME E SINISTRO, julgue os seguintes itens.

- 41** O cargo de Perito Criminal é dotado de fé pública, ou seja, o que é constatado no laudo pericial é tido como verdade, significando que o perito deve ser uma pessoa idônea e imparcial.

- 42** Para a realização do trabalho pericial é fundamental a correta preservação do local do crime, o qual só pode ser violado em casos excepcionais, sob pena de destruição das provas e vestígios deixados pelos criminosos.
- 43** A Datiloscopia pode ser conceituada como o processo de identificação por meio das impressões palmares, ou seja, da palma das mãos.
- 44** O corpo de delito compreende qualquer material relacionado a um crime e no qual é possível efetuar um exame pericial.
- 45** Segundo Maria Carolina Milani Caldas, os vestígios podem ser classificados em verdadeiros, ilusórios e semelhantes.
- 46** Pode-se conceituar evidência como a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- 47** A preservação do local do crime tem como objetivo manter os vestígios intactos até o momento em que eles serão coletados e perpetuados pelos peritos criminais, evitando alterações dessas marcas.
- 48** De acordo com o Código de Processo Penal, quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- 49** O primeiro policial que chegar ao local do crime deverá tomar as primeiras providências para mantê-lo isolado com a finalidade de preservar os vestígios lá existentes até a chegada da Autoridade Policial.
- 50** As fotografias, internas e externas, são imprescindíveis para a elaboração do laudo de exame de levantamento de local, devendo o perito realizar uma pequena quantidade de fotos a fim de evitar sobrecarga no laudo pericial.

No que se refere ao DIREITO CONSTITUCIONAL, julgue os itens a seguir:

Em relação à “Inviolabilidade de Domicílio”, julgue os itens a seguir.

- 51** O conceito de casa, protegido pelo artigo 5º, XI, da CRFB/1988, engloba compartimento não aberto ao público, em que alguém exerce profissão ou atividade.
- 52** Uma guarnição policial pode adentrar uma residência, no período noturno, caso possua fundadas suspeitas que o seu morador tenha sob sua guarda material entorpecente para mercância.

Sobre o “Direito ao Sigilo de Dados Telefônicos”, julgue o item seguinte.

- 53** A quebra do sigilo dos dados telefônicos contendo os dias, os horários, a duração e os números das linhas chamadas e recebidas, não se submete à disciplina das interceptações telefônicas regidas pela Lei nº 9.296/1996.

Sobre o “Direito do Preso”, julgue os itens a seguir.

- 54** O preso tem o direito de permanecer calado, mas o silêncio será interpretado em seu desfavor.
- 55** A prisão em flagrante não exige ordem escrita fundamentada da autoridade judicial competente, ao contrário das prisões preventiva e temporária.
- 56** O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento de que a circunstância de o Brasil haver subscrito o Pacto de São José da Costa Rica conduziu à inexistência de balizas visando à eficácia do que está previsto no artigo 5º, LXVII, da Constituição Federal, restando, assim, derogadas as normas estritamente legais definidoras da custódia do depositário infiel.

No que respeita à “Atuação do Delegado de Polícia”, julgue os itens subsequentes.

- 57** O Delegado de Polícia, prescindindo de mandado judicial, pode realizar busca pessoal em veículos automotores, inclusive naqueles que servem de residência.
- 58** A medida cautelar de fiança pode ser arbitrada pela autoridade policial em crimes apenados com até cinco anos de reclusão.

“A Segurança Pública” é função constitucionalmente definida e delimitada. No que concerne a essa atividade, julgue os próximos itens.

- 59** Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia ostensiva e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- 60** É inconstitucional a lavratura de termo circunstanciado de ocorrência pela polícia militar, pois a referida atribuição, em âmbito estadual, é privativa da polícia civil.

Com relação ao DIREITO PENAL, julgue os seguintes itens.

- 61** O direito penal brasileiro trata delitos e crimes como sinônimos, estabelecendo distinção apenas no que concerne aos crimes e contravenções, ou seja, um critério bipartido. Ontologicamente, não há diferenças entre crimes e contravenções, forjando-se a distinção na pena cominada a cada espécie de infração penal.
- 62** Os crimes omissivos próprios, consistentes na abstenção em face de um dever de agir, não produzem resultados naturalísticos. Ao contrário, os crimes materiais e formais são aptos à produção de resultados dessa ordem, embora nos formais a consumação do delito se produza de forma antecipada.
- 63** Embora seja difícil precisar o início da vida, o momento da morte é especificado em lei, coincidindo com a chamada morte encefálica. A exata determinação desse momento é importante para que se diga consumado o homicídio, assim como outros crimes em que a vida é o objeto da tutela penal.
- 64** O crime de violência doméstica, espécie de lesão corporal qualificada, exige que a violência baseie-se no gênero, ou seja, a vítima é agredida por ser mulher. Trata-se de uma discriminação positiva, ou seja, reconhece-se a especial vulnerabilidade de certa categoria de pessoas, oferecendo-lhes proteção penal intensificada.
- 65** Há tipicidade – em sentido estrito – quando há total congruência entre a realidade fática e os elementos objetivos e subjetivos presentes na norma penal. Dispensa-se, todavia, a mesma correspondência para com os elementos normativos da norma, uma vez que estes serão valorados a posteriori, em apreciação judicial.

66 Calúnia, difamação e injúria são tipos penais que possuem a honra como objeto da tutela. Por razões dogmáticas, a honra é penalmente dividida em objetiva e subjetiva. A honra objetiva, conceito externo ao indivíduo, é a reputação de uma pessoa, restando salvaguardada pela calúnia e pela difamação. Já a honra subjetiva, bem jurídico tutelado no crime de injúria, é o sentimento íntimo de dignidade e decoro.

67 O crime de homicídio qualificado pela tortura não se confunde com o crime de tortura qualificada pelo resultado morte. O primeiro, encontrado no Código Penal, admite duas hipóteses: ou a tortura é o meio de execução de que se vale o agente para atingir uma finalidade homicida, ou a tortura é um fim em si mesma, ocorrendo o resultado morte por circunstâncias alheias à vontade do agente; já a tortura com resultado morte pressupõe o fim de torturar e, terminada a tortura, surge o dolo de matar, com a produção do óbito da vítima.

68 O desacato, crime que tem o funcionário público como sujeito passivo da conduta, pode ser praticado por diversos meios, sejam eles orais, simbólicos, gestuais etc. Todavia, a crítica objetiva à atividade pública desempenhada não pode ser considerada criminosa. Ao contrário, cuida-se de um direito do cidadão.

69 Dispensa-se, na teoria finalista, dolo ou culpa permeando a conduta do agente. Isso porque, para a teoria, deve existir uma análise objetiva da finalidade visada pelo sujeito ativo, funcionando o dolo e a culpa meramente como pressupostos de um juízo de reprovabilidade do comportamento.

70 A expressão “não há crime sem lei anterior que a defina nem pena sem prévia cominação legal” é a síntese penal do princípio da legalidade, do qual se extraem alguns subprincípios, a saber: irretroatividade penal, taxatividade, presunção de inocência e outros.

Acerca do DIREITO PROCESSUAL PENAL, julgue os itens seguintes.

71 A ação penal se classifica em pública e privada, a depender do legitimado para sua propositura. A ação pública, por sua vez, pode ser incondicionada ou condicionada, exigindo-se, nesta, a representação do ofendido ou de seu representante legal, ou requisição do Ministro da Justiça, para que o Ministério Público possa oferecer denúncia. Entre todas as hipóteses, a ação pública incondicionada é aquela reservada aos crimes em que a lei não indica expressamente o tipo de ação penal pela qual serão processados.

72 O inquérito policial é um procedimento administrativo investigativo, em regra de atribuição das polícias civis estaduais e da Polícia Federal. Excepcionalmente, contudo, as polícias militares também poderão instaurar inquérito policial militar.

73 Na inexistência de peritos oficiais, o juiz de direito ou o delegado de polícia poderão nomear pessoas idôneas, preferencialmente com habilitação técnica, para a realização do exame, sendo certo que tais pessoas não poderão responder por crime do artigo 342 do Código Penal em caso de falsa perícia, tampouco poderão elaborar qualquer laudo sobre drogas.

74 Ao analisar as conclusões formuladas em prova pericial, o juiz não pode refutá-las, uma vez que não possui capacidade técnica para tal. Isso importa na consagração da superioridade da prova pericial, vinculativa, sobre as demais provas arrecadadas durante a instrução criminal.

75 Ao Ministério Público, instituição cujas atribuições estão constitucionalmente definidas, incumbe o controle externo da atividade policial, através do que, em situações excepcionais, pode intervir em delegacias e batalhões policiais, assumindo o comando desses órgãos públicos.

76 O pedido de arquivamento de um inquérito policial deverá ser formulado pelo Ministério Público, não sendo possível ao juiz assim decidir de ofício. Todavia, o mesmo Ministério Público poderá pedir o seu desarquivamento a qualquer tempo, consoante critérios de conveniência e oportunidade.

77 Queixa, em processo penal, é o instrumento pelo qual o cidadão leva ao conhecimento da autoridade policial a ocorrência de um crime, com conseqüente confecção de Boletim de Ocorrência e subsequente investigação.

78 Entre os poderes do juiz de direito estão os ordinatórios, que se referem à condução sequencial dos atos processuais, e os decisórios, aí incluídas condenações e absolvições. Os poderes ordinatórios são denominados poderes-meio, os decisórios, poderes-fim.

79 Em seu interrogatório, o réu poderá se pronunciar ou exercer o direito de se manter em silêncio. Em respeito ao princípio da não autoacusação, o juiz da causa não poderá interpretar esse silêncio como confissão tácita de autoria do crime.

80 O perito judicialmente nomeado não poderá se desincumbir de seu múnus, tampouco pode ser impugnado por suspeição ou impedimento, uma vez que apenas sobre juízes, ou seja, aqueles que detêm o poder decisório, poderão recair a suspeição ou o impedimento.

À luz da LEGISLAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), julgue os itens a seguir.

81 A Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD) é órgão criado dentro da Estrutura Organizacional do Governo do Estado do Ceará, com o objetivo de exercer o controle interno disciplinar e aplicar as sanções cabíveis aos militares da Polícia Militar, militares do Corpo de Bombeiro Militar, membros das carreiras de Polícia Judiciária, e membros da carreira de Segurança Penitenciária.

82 A Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD) possui autonomia administrativa e financeira.

83 Entre as atribuições institucionais da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD) destaca-se o acesso a qualquer banco de dados de caráter público no âmbito do Poder Executivo do Estado, bem como aos locais que guardem pertinência com suas atribuições.

84 O Grupo Tático de Atividade Correicional (GTAC) é um órgão de deliberação e assessoramento desvinculado da estrutura organizacional da CGD e possui finalidade prioritariamente repressiva disciplinar.

85 O Controlador Geral de Disciplina ocupa cargo em comissão, equiparado a Secretário de Estado, de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, e deve ser escolhido dentre profissionais bacharéis em Direito, de conduta ilibada, sem vínculo funcional com os órgãos que compõem a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e da Secretaria de Justiça e Cidadania.

86 Entre os deveres dos policiais civis previstos na Lei nº 12.124/1993 destacam-se: porte da carteira funcional, assiduidade, pontualidade, urbanidade e discrição.

87 O acionamento desnecessário de sirene de viatura policial é considerado transgressão disciplinar de terceiro grau, passível de pena de suspensão de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias.

88 A prática de transgressão disciplinar de quarto grau, como, por exemplo, o tráfico de substância que determine dependência física ou psíquica, enseja pena de demissão do policial civil que cometer a infração.

89 Por constituir sanção disciplinar, o período de duração da medida preventiva de interesse da coletividade será computado no cumprimento da pena de suspensão eventualmente aplicada ao policial civil afastado preventivamente.

90 São causas de extinção da punibilidade da transgressão disciplinar a morte do policial civil transgressor e a prescrição.

Julgue os seguintes itens, à luz da CRIMINALÍSTICA GERAL.

91 Uma das finalidades da Criminalística é dar a materialidade do fato típico descrito nas leis penais.

92 Criminalística pode ser conceituada como uma disciplina autônoma integrada pelos diferentes ramos do conhecimento técnico-científico, auxiliar e informativo das atividades policiais e judiciárias da investigação criminal.

93 Prova pericial é o conjunto de elementos necessários à elucidação do delito, sem deixar dúvidas da maneira de como ocorreu.

94 De acordo com o Princípio da Intercomunicabilidade, ninguém entra em um local sem levar para o mesmo as marcas da sua presença e nem sai sem levar, sobre si, marcas deste local.

95 Nos locais de morte violenta, deve o perito atentar às manchas, impressões, marcas e instrumentos utilizados à prática delituosa.

96 Juan Vucetich adotou três tipos fundamentais de desenhos digitais quando da criação do seu sistema de classificação, sendo eles presilha interna, presilha externa e arco.

97 Podem-se classificar os projéteis de arma de fogo como instrumentos perfurantes à luz da Criminalística Geral.

98 A Balística Forense é uma disciplina autônoma, que estuda as armas de fogo, sua munição e os efeitos dos tiros por elas produzidos, sempre que tiverem uma relação com infrações penais, visando esclarecer e provar sua ocorrência ou não.

99 Pode-se afirmar que a Zona de Esfumaçamento é formada pela fuligem oriunda da combustão da pólvora em torno do orifício de entrada, constatados em tiros efetuados à curta distância, sendo facilmente removidos por lavagem.

100 As armas de fogo de alma raiada são aquelas em que a superfície interna do cano apresenta estriamentos que se desenvolvem de forma helicoidal, proporcionando giro ao projétil, tais como as espingardas.
